

## Café - Instabilidade de Preços

Em 1970, os fatos principais relacionados com a economia cafeeira foram os seguintes: a) reconhecimento da existência no Brasil da praga conhecida por ferrugem do cafeeiro, causada pelo fungo *hemileia vastatrix*; b) divergências entre os países importadores e exportadores em consequência da alta dos preços do café iniciada já no último trimestre de 1969; c) mudança inesperada da política de preços do Brasil; e d) aprovação tardia pelo Congresso norte-americano da prorrogação da lei do Acórdo Internacional do Café, de 1968.

O reconhecimento da existência no Brasil da praga conhecida vulgarmente por ferrugem do cafeeiro tem sido motivo de preocupação grave tanto aqui como nos demais países produtores do continente americano. Estes últimos consideram-se ameaçados com o alastramento possível do mal. Recentemente, na XI Conferência Regional Latino-Americana da Organização de Agricultura e de Alimentação (FAO) das Nações Unidas, foi aprovada moção em que se pede à FAO que colabore prioritariamente com os governos da região na luta contra o surto grave da ferrugem do cafeeiro verificado no Brasil. Solicitou-se à Organização que dê atenção urgente e especial ao problema, colaborando com o programa cooperativo estabelecido pelos países da região por intermédio do Instituto Inter-Americano de Ciências Agrícolas, com sede em Tur-

rialba, Costa Rica. A assistência da FAO, em caráter de emergência, faz-se necessária para que se evitem consequências econômicas e sociais funestas para grande parte dos países do Hemisfério, pois a praga representa perigo que poderá afetar de modo grave a economia dos países produtores.

Entretanto, as medidas adotadas pelas autoridades brasileiras incumbidas da defesa fito-sanitária têm impedido o alastramento da praga para os cafézais das zonas produtoras mais importantes, a saber, a zona Sul de Minas e os Estados de São Paulo e do Paraná. Na zona contaminada, compreendendo os Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, neste último, a leste do meridiano 44, prosseguiu-se com êxito relativo no combate à praga mediante a pulverização de fungicidas de base cúprica. Em Caratinga, Minas Gerais, foi criado pelo governo federal o Posto Agrônomo, primeiro órgão das Américas, de pesquisa do controle químico da praga.

A erradicação dos cafézais contaminados seria a medida mais indicada para combater a praga, mas que não se pode efetuar em vista da extensão da área atingida. Isto foi reconhecido, aliás, pelo Prof. Brinquinho de Oliveira, diretor do Centro de Investigações sobre a Ferrugem do Cafeeiro, de Oeiras, Portugal, considerado uma das maiores autoridades no assunto, que falando sobre a erradicação se declarou convencido da impossibilidade

de se arrancarem em massa os cafézais afetados, localizados em território com cafeicultura dispersa, como é a dos estados onde se verificou a contaminação, sobretudo em cafeeiros fugidos à cultura e dispersos em matas e cerros, ou mesmo escondidos entre outras explorações agrícolas.

Em 1970 prosseguiram com maior intensidade os trabalhos dos institutos de pesquisa visando ao desenvolvimento de variedades de cafeeiros resistentes à ferrugem, trabalhos estes que já se vinham realizando há tempos, principalmente no Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo, na presunção de que mais dia menos dia o Brasil teria de defrontar-se com o problema do aparecimento aqui da ferrugem do cafeeiro.

Recentemente, esteve no Brasil, a pedido do Instituto Brasileiro do Café e da Organização Internacional do Café, o patologista J. A. N. Wallis, do Ministério da Agricultura de Quênia, autoridade de grande reputação em fitopatologia. Depois de proceder durante 2 meses a levantamento das áreas produtoras de café, declarou em relatório: "A ferrugem do cafeeiro representa um fator novo, importante, a se considerar no Brasil, mas ele pode ser controlado desde que tenham início agora pesquisa séria e trabalho de extensão. Não parece que a praga venha a ter o impacto sobre a produção nacional que, em épocas recentes, tiveram a seca e a geada".



Em 1970 os preços dos cafés brasileiros continuaram a subir até fins de outubro; o mesmo não aconteceu, porém, com os dos cafés da Etiópia, incluídos no mesmo grupo de cafés não despulpados do Brasil, os quais, tendo prosseguido em alta até meados de julho, começaram daí em diante a baixar para atingir no fim do ano o nível mais fraco.

Comportamento quase idêntico ao dos cafés da Etiópia tiveram os do grupo "outros despulpados", compreendendo os despulpados latino-americanos outros que não os colombianos, e os africanos. Tomou-se deste grupo, como representativo, o café de El Salvador, do padrão central. Os preços dele continuaram em ascensão até julho e a partir daí baixaram consideravelmente pela pressão de suas ofertas aos mercados.

Os cafés colombianos mantiveram durante algum tempo o nível máximo de 60 centavos de dólar por libra-peso alcançado no começo do ano, mas ainda em janeiro iniciaram movimento gradativo de baixa, reduzindo a diferença existente entre seus preços e os dos demais despulpados para evitar queda em suas exportações. No fim do ano haviam atingido seu nível mais fraco.

Os preços dos cafés da variedade robusta, representados pelo padrão nativo de Uganda, continuaram até meados de outubro a alta iniciada nos últimos meses de 1969. Depois começaram a baixar, embora no fim do ano ainda estivessem em nível superior ao registrado em seu início.

Esta maneira de evoluir do mercado pode ser vista na Tabela I que reproduz os dados do Boletim Mensal do Bureau Pan-Americano do Café referentes aos preços médios mensais de cafés representativos dos 4 grupos em que se distribuem os países membros do Acordo Internacional do Café.

As divergências entre os países importadores e os exportadores em consequência da alta de preços iniciada já no último trimestre de

**Tabela I** Mercado do Disponível de Nova York — Preços Médios Mensais — Em cents de dólar por libra-peso

Mês	Despulpados		Não-Despulpados		Robustas
	Colômbia Mams	El Salvador Padrão Central	Brasil Santos, 4	Etiópia Djirra	Uganda Padrão Nativo
1969					
Setembro	45,30	41,20	42,38	39,00	34,78
Outubro	52,50	46,95	46,90	43,43	38,18
Novembro	55,75	47,00	48,40	43,98	37,18
Dezembro	55,88	47,83	48,80	44,90	37,25
1970					
Janeiro	59,43	51,38	52,30	48,40	38,75
Fevereiro	57,18	51,28	52,35	48,23	38,10
Março	57,50	53,53	53,00	50,00	39,43
Abril	57,23	54,55	53,60	51,95	41,00
Maio	57,78	54,95	53,95	52,90	42,33
Junho	56,80	54,50	54,03	52,38	41,68
Julho	56,25	54,90	54,73	52,88	42,48
Agosto	55,95	54,05	55,78	52,63	42,53
Setembro	55,65	52,70	56,98	51,65	43,53
Outubro	56,05	50,70	57,75	49,50	43,88
Novembro	54,80	47,08	56,33	46,57	42,20
Dezembro	52,45	44,53	54,03	43,43	42,30

1969 estiveram focalizadas nas reuniões da Organização Internacional do Café, em março e agosto/70.

Na reunião de março, os países importadores pretendiam que, por meio de uma Resolução do Conselho, se eliminasse o teto de 8,25% fixado para os ajustes para mais das cotas de exportação. Àquela época esse teto já fora atingido e, para o resto do ano cafeeiro, não se fariam novos ajustes para mais nas cotas. Isto significava que não haveria suprimentos adicionais de café ao mercado, qualquer que fosse o nível atingido pelos preços, até o fim do ano cafeeiro 1967-70, ou seja, até 30-9-70.

As negociações entabuladas não conduziram a acordo algum. Na ocasião, os países importadores, em declaração formal, acentuaram haver solicitado que se tomassem medidas apropriadas, porque estavam grandemente preocupados com a elevação rápida dos preços nos primeiros meses do ano cafeeiro (out./69 a dez./70); que alguns membros exportadores, alegando razões técnicas, haviam considerado desnecessário aumentar

as cotas na oportunidade; que esperavam que os desenvolvimentos futuros confirmassem a opinião dos países exportadores, e que, se o julgamento dos países exportadores viesse a revelar-se errado e os preços subissem mais, as consultas futuras sobre as cotas de exportação e sobre os preços para o ano cafeeiro 1970-71 se tornariam difíceis.

Falando em nome da delegação de seu país, o representante norte-americano declarou: "Chegamos aqui preparados para conversar e estamos aborrecidos por não ter havido acordo. Os produtores disseram que os preços não vão subir. Espero que tenham razão. Entretanto, se os preços se elevarem, haverá sérias dificuldades quando nos reunirmos mais tarde neste ano para estabelecer as cotas de exportação relativas ao ano cafeeiro 1970-71".

Nessa mesma ocasião, um membro de alto nível da delegação brasileira declarou: "Até o fim do ano cafeeiro, os preços permanecerão estáveis, a menos que haja uma geada ou outra catástrofe natural. Pensamos que existe café suficiente em mãos do comércio para sa-



tisfazer a procura aos preços atuais. Lançar mais café no mercado, apenas deprimiria os preços”.

Na reunião de agosto, o Conselho da Organização Internacional do Café tratou, entre outros assuntos, da fixação da cota global de exportação para o ano cafeeiro 1970-71.

Entre as duas reuniões, a de março e a de agosto, os preços médios mensais dos cafés das procedências representativas dos 9 grupos haviam registrado as variações, no mercado do disponível de Nova York, indicadas na Tabela II.

Estes dados revelam que no intervalo entre as duas reuniões as altas haviam sido moderadas. Todavia, como o Conselho Monetário Nacional, no Brasil, havia elevado os preços mínimos para o registro das declarações de vendas para o exterior de 46,00 centavos de dólar por libra-pêso, em março, para 48,50 em agosto, à razão uniforme de meio centavo de dólar por mês, os países importadores liderados pela delegação norte-americana — convencidos de que a política brasileira de preços sempre mais altos continuaria se não lhe opusessem dificuldades — forçaram a fixação de uma cota global de exportação, inicial, para o ano cafeeiro 1970-71, de 54 milhões de sacas.

Este volume poderia ser maior ainda no caso de se satisfazerem determinadas condições estabelecidas nas Resoluções pertinentes do Conselho, quer pela liberação sucessiva de 2 parcelas de 2 milhões de sacas cada uma, quer através dos ajustes para mais das cotas de exportação pelo sistema de ajuste seletivo do suprimento em função dos preços.

As decisões do Conselho sobre os suprimentos de café para o ano cafeeiro 1970-71, na medida em que tornaram possível a oferta de café em quantidades sem relação com a procura possível, contrariaram o objetivo principal do Acórdo Internacional do Café.

Por outro lado, depois de negociações laboriosas, o Conselho da Organização Internacional do Ca-

**Tabela II Mercado do Disponível de Nova York Preços Médios Mensais Em cents de dólar por libra-pêso**

Discriminação	Março 1970	Agosto 1970	Diferenças
<b>VARIEDADE ARÁBICA</b>			
<i>Despolpados</i>			
Colômbia: Mams	57,50	55,95	-1,55
El Salvador: Padrão central	53,53	54,05	+0,52
<i>Não-despolpados</i>			
Brasil: Santos, tipo 4	53,00	55,78	+2,78
Etiópia: Djimma	50,00	52,63	+2,63
<b>VARIEDADE ROBUSTA</b>			
Uganda: Padrão nativo	39,43	42,53	+3,10

fê, tendo em vista o sistema de ajuste seletivo do suprimento em função do preço, estabeleceu para

os 4 grupos de café as faixas novas de preços, estando entre parênteses as vigentes anteriormente:

Variedade Arábica	Cents de Dólar por Libra-pêso			
	Preços mínimos		Preços máximos	
Despolpados colombianos	52,88	(40,75)	56,88	(44,75)
Outros despolpados	49,25	(38,75)	53,25	(42,75)
Não despolpados (inclui o Brasil)	48,25	(36,75)	52,25	(40,75)
Variedade robusta	38,82	(32,00)	42,82	(36,00)

Estas faixas novas de preços destinadas a vigorar por todo o ano cafeeiro significavam o reconhecimento pelos países importadores da realidade do mercado. Já não existia mais excesso de suprimentos sobre a procura possível, mas sim escassez relativa por estar sendo colhida no Brasil uma safra de volume reduzidíssimo, prejudicada no tempo da floração e da frutificação por fenômenos climáticos adversos, a saber, geada e seca.

Quando se votou a Resolução do Conselho que incorporou as decisões tomadas sobre os suprimentos no curso do ano cafeeiro seguinte, abstiveram-se de votar esses países: Brasil, Paraguai, Peru, Portugal e Tanzânia.

Em outubro, as vendas precipitadas de cafés da safra passada de países do grupo “outros despolpados” intensificaram a baixa de seus preços que se iniciou em meados de julho.

Desde agosto, os preços médios mensais dos cafés desse grupo no mercado disponível de Nova York eram mais baixos que os do café Santos tipo 4, e a diferença foi-se acentuando a ponto de chegar em

outubro a 7 centavos de dólar por libra-pêso, o que se pode ver na Tabela I. Embora os negócios especiais celebrados pelo IBC com os torradores reduzissem essa diferença, ela ainda perdurava.

Quando a relação dos preços entre os cafés despolpados latino-americanos e africanos, de um lado, e os de qualidade boa do Brasil, de outro, não é a que o comércio internacional reconhece como razoável, a saber, os primeiros cotando-se a preço superior em 2 a 3 centavos de dólar por libra-pêso aos dos brasileiros, as vendas de nossos cafés se ressentem.

Desde abril, em seguida à reunião do Conselho, em março, nossas remessas para o exterior estavam diminuindo e em outubro haviam sido apenas de 1 001 620 sacas. Nos últimos 3 anos, entre abril e outubro, as remessas de café brasileiro para o exterior tinham sido as seguintes:

Remessas de Café Brasileiro para o Exterior	
Período: abril-outubro (em sacas de 60 kg)	
1968	11 377 235
1969	12 375 905
1970	10 048 930



Aparentemente preocupadas com a existência da anomalia antes referida da relação dos preços (causada, aliás, pela ausência de flexibilidade em nossa política de preços, e também, embora sem fundamento maior nas circunstâncias presentes de escassez relativa dos suprimentos) e com o declínio de nossas remessas para o exterior, as autoridades governamentais brasileiras responsáveis pela condução da política do café resolveram inesperadamente imprimir orientação nova à política em vigor. Esta última fôra definida, logo após a reunião de agosto do Conselho da Organização Internacional do Café, em nota oficial concebida nos termos seguintes:

"As diretrizes estabelecidas para a comercialização do café permanecem inalteradas. A atual política foi traçada com base na realidade estatística do mercado e sua firmeza decorre da posição de nossos estoques e de se estar colhendo no momento uma das menores safras de café que este país já teve. A alta de preços do mercado decorreu de fatores climáticos e a firmeza das cotações é consequência direta da escassez da oferta. O fato de se ter aprovado uma cota ampla na reunião do Conselho da Organização Internacional do Café não influirá sobre nossa política cafeeira, pois os estoques mundiais continuam os mesmos, não havendo oferta correspondente às cotas fixadas.

O papel do governo na política de comercialização do café continuará a ser o de controle à distância. As cotações diárias do produto dependiam e continuarão a depender do livre jogo da oferta e da procura, cuidando apenas o governo de não estimular manobras especulativas.

O Conselho Monetário Nacional e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) prosseguirão analisando a continuidade das medidas para a exportação de café, dentro da linha de firmeza que vem prevalecendo nos últimos meses".

As medidas tomadas para eliminar a anomalia existente na rela-

ção dos preços entre as diversas qualidades de café, e para estimular as exportações, não tiveram caráter geral. Consistiram na celebração de contratos novos com os torradouros no exterior, sigilosos por necessidade. Todavia, pelo que transpirou, soube-se que os torradouros se haviam comprometido a comprar café no Brasil em quantidades adicionais às de seus contratos anteriores e a embarcá-lo até 31-12-70. Em compensação, o IBC lhes teria concedido bonificações fixadas de tal modo que os preços finais para eles se aproximaram muito dos dos cafés da variedade robusta. Em certos casos, deu-se prazo para o pagamento, cobrando-se juros muito módicos. Estas aquisições e embarques até 31-12-70 devem ter sido, em boa parte, antecipação de compras, podendo-se esperar, em consequência, movimento menor nos meses próximos.

A realização de contratos com os torradouros não foi obviamente medida de caráter geral e, por isto, os que por uma ou outra razão não o fizeram ficaram impossibilitados de continuar a usar os cafés do Brasil, por lhes faltarem condições para competir em preço com os concorrentes beneficiados pelas concessões feitas.

Outra medida, esta de caráter geral e, portanto, pública, com o mesmo objetivo de contribuir para acabar com a anomalia em causa, consistiu no aumento da remuneração em cruzeiros das cambiais representativas das exportações de café, mantidos, entretanto, os preços mínimos em moeda estrangeira para o registro no IBC das declarações de vendas para o exterior. Tão logo concedido esse aumento, os preços no exterior baixaram 2 centavos de dólar por libra-pêso.

A comercialização da safra 1970-71, apesar de seu volume extremamente reduzido, estava sendo processada no 2º semestre/70 em condições difíceis. E isto porque os detentores dos cafés, prevendo preços sempre mais altos, a princípio não os quiseram vender aos preços oferecidos e, quando foram forçados a dispôr deles para a liqui-

dação dos financiamentos feitos, encontraram o mercado sem compradores. Esse desinteresse pelas compras resultou da baixa dos preços nos mercados do exterior causada pela súbita modificação da política de preços do Brasil e pelo desconhecimento do que possa vir a acontecer nos meses próximos.

O Conselho Monetário Nacional procurou enfrentar a situação criada, adotando a 22-12-70 as medidas seguintes:

a) modificou as normas em vigor destinadas a garantir determinado preço para os cafés oferecidos à venda ao IBC, depois de recolhidos com essa finalidade a armazéns indicados, com sede no interior dos estados cafeeiros. De acordo com tal modificação, os preços para os cafés despachados a partir de 23-12-70 passaram a ser os que estariam em vigor somente a partir de 1º de janeiro. Isto significou um aumento, por saca de 60 kg, entre Cr\$ 11,00 e Cr\$ 17,00, conforme a qualidade.

Deliberou ainda o Conselho que esses preços novos serão acrescidos de mais Cr\$ 8,00 a Cr\$ 11,00 por saca, conforme a qualidade, para os cafés despachados a partir de 1-5-70. Ao garantir preços mais altos para as vendas ao IBC de cafés despachados a partir de 1-5, o Conselho assegurou remuneração adequada aos detentores de café disponível imediatamente que, entretanto, desejam melhorar seu tipo. Todavia, era geral a opinião de que o aumento concedido não cobriria as despesas de armazenagem, seguro e juros dos 4 meses entre 1º de janeiro e 1º de maio.

Por outro lado, considerando dificuldades do comércio cafeeiro dos portos de exportação, o Conselho resolveu estender a garantia de preços determinados aos cafés já chegados aos portos. Essa garantia vigora somente no intervalo entre 23-12-70 e 31-1-71 e é dada apenas a cafés da safra 1970-71.

b) resolveu estender a garantia de preços externos concedida aos importadores no exterior sobre suas compras diretas de café no



Brasil, desde que os cafés sejam embarcados até fevereiro/71. Quando o café for embarcado em janeiro, o prazo da garantia terminará no 45º dia após o embarque; para os cafés embarcados em fevereiro o prazo vencerá no 30º dia depois do embarque.

c) decidiu convidar, por intermédio do IBC, os principais países produtores de café para uma reunião no Rio de Janeiro com o objetivo de prosseguir no sistema periódico de consultas, examinar a situação do mercado e as medidas corretivas possíveis, e as consequências da prorrogação pelos Estados Unidos, apenas até 30-6-71, da lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

No momento, o problema principal para o Brasil é a anomalia da relação dos preços indicativos da Organização Internacional do Café, o que tem levado o Brasil, para corrigi-la, a conceder bonificações aos torradores no exterior. Uma solução definitiva seria alcançada, quer pela diminuição daqueles preços em relação aos cafés do Brasil, quer pela elevação dos preços dos cafés despulpados latino-americanos africanos, de modo que estes fiquem superiores em 1 a 2 centavos de dólar por libra-pêso aos dos brasileiros.

A diminuição dos preços indicativos dos cafés do Brasil acarretará prejuízos grandes para o país em virtude de se basear nêles a garantia concedida aos importadores no exterior em suas compras diretas no Brasil. Quanto à elevação dos preços dos cafés despulpados, dela não se pode cogitar na situação de desconfiança presente do mercado.

Admitindo-se que se chegue nessa reunião a um acôrdio qualquer, não se deve perder de vista que, no passado, os ônus de acôrdos deste gênero recaíram em geral sobre o Brasil, indo os benefícios para seus parceiros.

No decurso do 1º trimestre (outubro/dezembro) do ano cafeeiro, as oscilações dos preços indicativos ora para mais ora para menos determinaram: a liberação da primeira das duas parcelas iguais de 2 milhões de sacas e, em seguida,

seu cancelamento; 2 ajustes para mais das cotas dos países do grupo "não despulpados" que inclui o Brasil; um ajuste para mais das cotas dos países da variedade "robusta"; 2 ajustes para menos das cotas dos países do grupo "outros despulpados" e um ajuste para menos das cotas dos países do grupo "despulpados colombianos".

A Junta Executiva decidiu suspender um 3º ajuste para mais, de 542 065 sacas das cotas de exportação dos países do grupo "não despulpados" a que pertence o Brasil, porque não correspondia à realidade das operações de venda e compra a média do preço indicativo para esses cafés verificada no período de 15 dias consecutivos de mercado.

Aliás, a falta de realismo de alguns dos preços indicativos fez com que a Junta Executiva da Organização Internacional do Café criasse, em sua última reunião de 1970, um grupo de trabalho incumbido de estudar todos os aspectos da situação presente do mercado do café.

Como resultado dos ajustes realizados a partir de 1º de outubro, a cota global de exportação era, a 31-12-70, de 54 625 011 sacas.

Em 1970, as remessas de café brasileiro para o exterior foram de 17 084 949 sacas. Deste total, ... 2 273 762 eram dos estoques governamentais e foram transferidas para os entrepostos do IBC localizados em Trieste, Beirute e Hong Kong. Nesses entrepostos, o IBC lança mão de tais cafés para a venda, em condições que tornam possível a competição de nossos cafés com os da variedade robusta, sabidamente os de preços mais baixos nos mercados mundiais.

Nos últimos 5 anos, as remessas de café brasileiro para o exterior foram as seguintes em sacas de 60 kg:

Anos	Sacas
1966	17 031 071
1967	17 329 123
1968	19 034 644
1969	19 552 506
1970	17 084 949

A diferença, bem grande, entre as exportações de 1970 e as dos 2 anos imediatamente anteriores encontra sua explicação principal na relação anômala já referida dos preços entre os cafés das diversas qualidades. E essa diferença não foi maior porque já no fim do ano o IBC, cumprindo determinações do Conselho Monetário Nacional, assegurou aos torradores por meio de contratos especiais, preços que eliminaram a anomalia em causa, sob a condição de serem embarcados os cafés adquiridos em novembro e em dezembro.

Quando o ano estava para findar, o Senado norte-americano aprovou (29-12-70) o projeto de lei que lhe fora encaminhado pela Câmara dos Representantes, prorrogando até 30-6-71 o prazo da lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

A Administração havia proposto a prorrogação da lei até 30-9-73, data em que termina o Acôrdio, mas a exemplo do que aconteceu em 1968 o Congresso não quis fazer coincidir o prazo da lei com o do Acôrdio. Tendo em vista que o Acôrdio não se aplica automaticamente, era preciso lei para que suas disposições pudessem ter eficácia no território norte-americano. Em 1968, o Congresso norte-americano resolveu votar a lei em causa pelo prazo de 2 anos, ou seja, até 30-9-70. Agora decidiu que o prazo fosse apenas de 9 meses, isto é, até 30-6-71.

A tramitação do projeto de lei na Câmara dos Representantes foi retardada deliberadamente pelo presidente de seu Comitê de Meios e Procedimentos, S. Sa. declarou reiteradamente que o projeto já aprovado pelo Comitê só seria encaminhado ao plenário da Câmara quando cessasse no Brasil o tratamento discriminatório resultante de medidas governamentais que favorece o café industrializado em comparação com o café verde.

Para eliminar o tratamento discriminatório, aquele parlamentar entendia que se devia adotar uma ou outra das medidas seguintes: a) elevação do imposto de exportação no Brasil sobre o café solúvel ex-



portado para os Estados Unidos, de 13 centavos de dólar por libra-pêso para 30 centavos, ou b) criação pelo governo norte-americano de um imposto especial de importação de 17 centavos por libra-pêso de café solúvel importado nos Estados Unidos, procedente do Brasil.

Admitindo a possibilidade de se negar o governo brasileiro a adotar a medida sugerida, o governo norte-americano teria de fazê-lo, o que só seria possível com a aprovação de lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968. Nestas condições, o Comitê de Meios e Procedimentos não teve alternativa senão a de dar andamento ao projeto de lei.

No entanto, quando o fez, advertiu que se até 1-4-71 não houver ação do Brasil ou dos Estados Unidos eliminando o tratamento discriminatório em favor das exportações do café solúvel procedente do Brasil, o Comitê não levará em consideração pedidos ulteriores para prorrogar a lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968.

Inexistindo a lei em questão, as disposições do Acôrdio não poderão ser tornadas efetivas no território norte-americano. Por outro lado, se os Estados Unidos não participarem efetivamente do Acôrdio, é como se o Pacto não existisse, dada sua condição de maior país consumidor.

No Brasil, as autoridades competentes já declararam repetidamente que consideram o caso encerrado com a criação em 1969 de um imposto de exportação equivalente a 13 centavos de dólar por libra-pêso de café solúvel exportado para os Estados Unidos.

Assim, o problema das exportações para os Estados Unidos do café solúvel aqui produzido saiu da área de atuação do governo brasileiro; qualquer medida nova terá de ser tomada pelo presidente dos Estados Unidos que, pela lei do Acôrdio Internacional do Café, de 1968, dispõe de autoridade legal para impor carga fiscal sobre as importações de café solúvel procedente do Brasil.

## BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.

MATRIZ EM SÃO PAULO — RUA SENADOR FEIJÓ, 197-205 — CAIXA POSTAL, 8.075  
TELEFONE 339.3911 PARX — END TELEGRÁFICO "GINKO" — CARTA PATENTE N.º 847, DE 20.3.48 — C.G.C. 61.230.165

AGÊNCIAS: 10 Urbanas — 29 Estado de São Paulo — 13 Estado do Paraná — 1 Estado da Guanabara

### BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
A — DISPONÍVEL		F — NÃO EXIGÍVEL	
Caixa e Banco do Brasil S.A.	29.632.125,05	Capital e Reservas	40.630.378,25
B — REALIZÁVEL		G — EXIGÍVEL	
Depósitos à ordem do Banco Central	19.645.312,38	Depósitos	280.308.308,64
Empréstimos e Outros Créditos	501.921.199,90	Outros Exigibilidades	249.138.867,95
C — IMOBILIZADO	23.568.849,55	H — RESULTADO PENDENTE	4.345.022,04
D — RESULTADO PENDENTE	24.200,00	I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO	344.845.153,85
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO	344.845.153,85		
	<u>919.636.870,73</u>		<u>919.636.870,73</u>

### DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
DESPESAS GERAIS		SALDO PROVENIENTE DO SEMESTRE ANTERIOR	151.075,90
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, Vencimentos e Outras Remunerações, Encargos Sociais, Despesas Diversas, Gastos de Material e Outras Contas	15.130.116,43	PRODUTOS DAS OPERAÇÕES SOCIAIS CONCLUÍDAS NESTE SEMESTRE:	
IMPOSTOS E TAXAS	204.315,46	Juros, Descontos, Comissões, Resultados de Câmbio, Aluguéis, Outras Rendas e Reversão do Fundo de Provisão (saldo líquido) referente ao 1.º semestre de 1970	27.856.976,17
DESPESAS DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA, COMISSÕES, REDESCONTOS E RESULTADOS DE CÂMBIO	4.834.813,85		
AMORTIZAÇÃO DE IMÓVEIS, MOVEIS E UTENSÍLIOS	231.467,79		
PERDAS DIVERSAS	1.269,24		
Subtotal	20.403.984,79		
FUNDO DE RESERVA LEGAL	400.000,00		
FUNDO DE PREVISÃO	2.650.000,00		
FUNDO DE RESERVA ESPECIAL	1.500.000,00		
FUNDO DE RESERVA DE RISCO EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO	110.000,00		
DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS	1.126.481,04		
PORCENTAGEM E GRATIFICAÇÃO A PAGAR AOS DIRETORES, FUNCIONÁRIOS, DONATIVOS À SOCIEDADE DE AUXÍLIO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.	1.565.804,03		
	<u>7.352.285,07</u>		
SALDO QUE SE TRANSFERE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	249.782,21		
Total	<u>28.008.052,07</u>	Total	<u>28.008.052,07</u>

DIRETORIA: Apolônio Jorge de Faria Salles, Kunito Miyasaka, Fujio Tachibana, Shunichi Aiba, Itiro Muto, Yosuke Yoshida.

CONSELHO FISCAL: Shunichiro Matsumi, Ritsji Nagashima, Shoji Ueno, Jiro Kimura, Sunao Anze e Tsuyoshi Mizumoto.

Tetuo Iocida TC. CRC. SP. 14.824





# BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balanço em 31 de Dezembro de 1970

— (745 Agências no País e 8 no Exterior) —

## A T I V O

### DISPONÍVEL

Cr\$  
239.025.131,76

### REALIZÁVEL

#### Empreendimentos

#### Da Carteira de Crédito Geral

À produção	4.330.740.181,18	
À comércio	2.437.526.531,17	
À atividades não especificadas	968.918.401,07	
À Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.359.798,50	
À governos estaduais e municipais	20.421.494,39	
À autarquias	40.016.700,00	
À instituições financeiras	3.376.656,14	11.204.359.762,45

#### Da Carteira de Crédito Rural

À produção	4.817.752.479,75	
À comércio	1.214.889.021,82	
À entidades públicas	28.797.545,06	6.061.439.046,63

#### Da Carteira de Comércio Exterior

À produção	127.282.850,25	
À comércio	418.015.215,82	
Vinculadas ao fundo de financ. à exportação-FINEX	112.650.517,81	657.948.583,88

#### Da Carteira de Câmbio

À produção	127.850.071,55	
À comércio	193.228.164,46	
À atividades não especificadas	188.748.442,91	509.826.678,92
		18.431.574.071,88

#### Outros Créditos

Banco Central, recolhimento compulsório	385.533.304,87	
Banco Central, outras contas	313.591.235,73	
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	3.803.424.997,78	
Carteira de Comércio Exterior:		
De ordem e conta do Governo Federal:		
Complementação de preços de produtos agrícolas	2.306.344,17	
Cheques, documentos e ordens em compensação ou a receber	1.204.056.490,59	
Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	384.424.385,55	
Créditos em liquidação	146.931.004,52	
Correspondentes no país	6.306.600,53	
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	2.691.205.471,82	
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	12.507.707,70	
Outras contas vinculadas a câmbio	7.497.807.624,28	
Departamentos no país	1.672.660.380,94	
Outras contas	1.285.977.194,39	19.406.732.745,87

#### Valores e Bens

Títulos à ordem do Banco Central	471.207.323,10	
Letras do Tesouro Nacional e títulos federais	56.507.735,25	
Títulos estaduais e municipais	9.800,50	
Valores em moedas estrangeiras	1.730.988,42	
Outros valores	47.411.383,92	576.870.231,19
Bens	30.029.953,16	606.900.184,35
		38.447.207.002,10

#### Imobilizado

Imóveis de uso	305.244.385,67	
Móveis e utensílios	107.937.901,39	
Almoxarifado	28.258.100,93	441.440.387,99

### RESULTADO PENDENTE

6.026.299,29

### CONTAS DE COMPENSAÇÃO

7.325.602.983,95  
46.459.301.805,09

Brasília, DF, 25 de Janeiro de 1971

Nestor Jost — Presidente. Osvaldo Roberto Colin — Diretor Administrativo. Admon Ganem — Diretor do Pessoal. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL E CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL — Oziel Rodrigues Carneiro — Diretor da 1ª Região. Camilo Callazans de Magalhães — Diretor da 2ª Região. Paulo Konder Bornhausen — Diretor da 3ª Região. Mário Pacini — Diretor da 4ª Região.





# BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balanço em 31 de dezembro de 1970

— (745 Agências no País e 8 no Exterior) —

## P A S S I V O

### NÃO EXIGÍVEL

Cr\$

Capital:			
Realizado	480.000.000,00		
Aumento	240.000.000,00	720.000.000,00	
Reservas e fundos:			
Fundo de reserva legal	70.978.172,82		
Fundo de previsão	801.591.812,06		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	348.034.097,04		
Fundo de reservas especiais	181.320.359,68		
Fundo de reservas de risco em operações de câmbio	19.989.964,94		
Fundo de indenizações trabalhistas	31.856.850,81	1.453.771.257,35	2.173.771.257,35

### EXIGÍVEL

#### Depósitos

À vista e a curto prazo:			
Do público	3.801.551.837,48		
De domiciliados no exterior	1.646.661,70		
De instituições financeiras:			
Bancos	2.314.887.078,29		
Outras instituições financeiras	345.804.529,62	2.660.691.607,91	
Do Tesouro Nacional:			
Oper. anteriores à Lei 4.595/64	1.604.259.513,74		
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	674.105.617,81		
Outras contas	3.602.713.432,26	5.881.078.563,81	
De governos estaduais e municipais		255.512.373,82	
De autarquias:			
Banco Central, supr. especiais	1.405.674.394,23		
Outras autarquias	1.647.966.494,14	3.053.640.888,37	
De sociedades de economia mista		484.887.108,44	16.139.009.041,53
A médio prazo:			
Do público:			
A prazo fixo	4.803.714,67		
A prazo, com correção monetária	118.977.725,63	123.781.440,30	
De entidades públicas:			
Autarquias		124.157,45	123.905.597,75

#### Outras Exigibilidades

Cheques e documentos a liquidar	350.251.771,31		
Cobrança efetuada, em trânsito	617.899.466,72		
Ordens de pagamento	213.500.839,34		
Correspondentes no país	1.370.993,29		
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	1.117.303.360,67		
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	3.511.903,43		
Outras contas vinculadas a câmbio	4.300.269.647,45		
Obrigações em moedas estrangeiras	227.240.320,09		
Banco Central, conta de movimento	8.970.453.386,88		
Carteira de Comércio Exterior:			
De ordem e conta do Governo Federal:			
Compra e venda de produtos agrícolas	61.654.633,19		
Outras contas	589.957.350,42	16.453.413.672,79	
Obrigações (especiais)			
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	163.234.723,46		
Banco Central, recursos para resgate da dívida pública (Decreto-lei 263/67)	334.184,35		
Depósitos obrigatórios — FGTS	76.078.936,16		
Obrigações por refinanciamentos a repasses oficiais	714.697.203,57		
Imposto sobre operações financeiras	77.219,87		
Outras contas	1.197.043.279,23	2.151.465.546,64	34.867.793.858,71

### RESULTADO PENDENTE

### CONTAS DE COMPENSAÇÃO

2.092.133.705,08  
7.325.602.983,95  
46.459.301.805,09

Boaventura Farina. — Diretor da 5ª Região. Jorge Babot Miranda. — Diretor da 6ª Região. Dinar Goyheneix Gigante. — Diretor da 7ª Região. CARTEIRA DE CÂMBIO — César Dantas Bacelar Sobrinho. — Diretor. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR — Benedito Fonseca Moreira. — Diretor. Hélio Moura Lima. — Contador-Geral em exercício. — C.R.C. — GB — Número 23.737 — C.R.C. — DF — I.S. CONSELHO FISCAL — Carloman da Silva Oliveira. Clemente Mariani Bittencourt. Guttemberg Gomes Guimarães. João Jabour. José Mendes de Oliveira Castro. Pedro Magalhães Corrêa.





# BANCO DO BRASIL S.A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

## DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 1970

DEBITO				CREDITO			
I — DESPESAS OPERACIONAIS		Cr\$		I — RENDAS OPERACIONAIS		Cr\$	
Despesas de juros:				Juros e comissões:			
Sóber depósitos a médio prazo 3 898 373,74				Sóber empréstimos à produção e ao comércio 997 422 367,39			
Sóber outras exigibilidades 95 535 427,21 99 433 800,93				Sóber empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras 45 696 590,94			
Despesas de comissões 279 889,91				Outros 111 673 798,01 1 154 792 756,36			
Despesas de correção monetária 3 513 488,76 193 227 175,62							
II — DESPESAS ADMINISTRATIVAS				II — TARIFAS SOBRE SERVIÇOS		196 413 875,61	
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal 544 976,17				III — OUTRAS RENDAS 138 503 378,65			
Pessoal:				IV — LUCROS DIVERSOS			
Vencimentos 299 193 821,61				Recuperação de créditos compensados 18 117 271,18			
Outras remunerações 217 593 908,92 517 388 830,55				Em transações e resgates de valores patrimoniais 27 596 682,77			
Encargos sociais 134 689 268,96				Diversos 29 549 449,35 75 363 403,30			
Impostos e taxas 34 008 254,59							
Material de expediente consumido 8 255 278,18							
Doativos para assistência social 548 154,16							
Despesas gerais:							
Alugueres 3 008 753,43							
Publicações de inter. do Banco 1 021 415,06							
Conservação de imóveis, comunicações, localização de operações, transporte de numerário, frete de material de expediente, locação e manutenção de equipamentos e outras despesas 121 351 374,74 125 381 743,27 820 816 704,08							
III — PERDAS DIVERSAS							
Em operações de troca, substituições 24 830 697,42							
Em transações e resgates de valores patrimoniais e outras 5 150 328,36 29 981 035,78							
Amortização de imóveis, móveis e utensílios 77 176 334,21 107 157 369,99							
IV — PROVISÕES							
Para o portar a encargos previstos, tais como: instalação de novas agências, no País e no Exterior; modernização geral dos serviços; reforma de imóveis de uso e, quanto ao funcionalismo, treinamento e pesquisas técnicas; encargos residuais de aposentadoria, gratificação (Lei 4 090/62 e 4 281/63) e assistência social 241 556 613,59							
V — REFORÇOS							
Ao fundo para pequenos eventos, na forma do Art. 37, dos Estatutos 62 535 272,35							
VI — DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE — Art. 37, dos Estatutos							
Fundo de reserva, outo 10% 22 978 172,82							
Fundo de reserva de juros em operações de câmbio 4 595 634,56							
Porcentagem da Diretoria 523 487,96							
Distribuição aos acionistas (18% a.a. por taxa temporária) 36 000 000,00							
Fundo de provisão 145 684 432,95 229 782 728,29							